

O PAPEL SOCIAL DAS CRECHES E PRÉ-ESCOLAS NO BRASIL

Michele Porfirio da Silva ¹

RESUMO

Este artigo de natureza qualitativa visa analisar a evolução do papel social das creches e pré-escolas, assim como suas perspectivas históricas e contemporâneas no contexto educacional brasileiro. Iniciamos com um resgate histórico do surgimento e desenvolvimento dessas instituições no Brasil, passando pela importância da escola na formação integral das crianças. Ao resgatarmos o processo histórico da criação das creches e pré-escolas, buscamos entender melhor seu funcionamento e verificar sua estrutura e forma de atendimento atuais, acreditando que isso pode contribuir significativamente para a melhoria da educação na primeira infância. Ao compreendermos melhor seu funcionamento e verificar sua estrutura e forma de atendimento atuais, podemos contribuir significativamente para a melhoria da educação da primeira infância, promovendo um desenvolvimento mais amplo e equitativo das crianças brasileiras.

Palavras-chave: Creche, Pré-escola, Educação Infantil

Introdução

A educação infantil no Brasil, que abrange creches e pré-escolas para crianças de zero a cinco anos, desempenha um papel fundamental na formação inicial das crianças. Este período é mais do que um espaço de cuidado; trata-se de um ambiente essencial que promove o desenvolvimento cognitivo, social e emocional, além de contribuir para a construção da identidade da criança. Assim, as instituições de educação infantil exercem um papel crucial na redução das desigualdades sociais e na garantia de direitos fundamentais (Kramer, 1999).

A compreensão do papel social das creches e pré-escolas no Brasil insere-se em um contexto educacional mais amplo. Ao longo dos séculos, as concepções sobre as crianças refletem os valores predominantes de cada sociedade. No Brasil, as primeiras creches, estabelecidas no início do século XX, tinham um caráter assistencialista, em contraste com as abordagens pedagógicas mais avançadas das instituições europeias, que enfatizavam a pedagogização do cuidado infantil (Kishimoto, 1988). Esse modelo

¹ Mestre em Educação, Culturas e Identidades pela Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, porfirio05mi@gmail.com

assistencialista inicial contrasta com a visão mais holística da educação infantil que se desenvolveu nas últimas décadas.

Nos últimos anos, a história da educação infantil no Brasil testemunhou uma transformação significativa. Mobilizações democráticas em prol da educação pública, especialmente voltadas para a infância, resultaram na expansão da demanda e da oferta de serviços educacionais, refletindo o crescente reconhecimento da educação como um direito inalienável (Paschoal e Machado, 2009). Nesse cenário, a educação tornou-se um tema central nas políticas públicas (Kramer, 1999; Abramowicz e Oliveira, 2010).

Com a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, a educação infantil foi consolidada como parte integrante da educação básica no Brasil. Esses avanços transformaram as creches e pré-escolas, que deixaram de ser vistas como espaços assistencialistas, passando a ser locais essenciais para o atendimento integral às crianças, unindo cuidado e educação.

Contudo, apesar dessas conquistas, o Brasil ainda enfrenta desafios significativos em termos de acesso e qualidade nas instituições de educação infantil, especialmente em regiões de vulnerabilidade social. Diante desse panorama, a questão central deste estudo é: como a evolução do papel social das creches e pré-escolas no Brasil reflete as mudanças nas políticas educacionais e na sociedade? Este estudo tem como objetivo analisar essa evolução, considerando perspectivas históricas e contemporâneas no contexto educacional, por meio de uma revisão narrativa.

A evolução do papel das creches e pré-escolas no contexto brasileiro

No Brasil, a história das creches e pré-escolas é multifacetada, refletindo transformações sociais, políticas e culturais ao longo dos séculos. O objetivo inicial dessas instituições era minimizar o impacto social de práticas como o aborto e o infanticídio, em um contexto em que as crianças eram frequentemente descartadas e consideradas sem valor e direitos (Paschoal; Machado, 2009).

Durante o período colonial, as primeiras instituições educacionais foram estabelecidas por missionários e colonizadores, atendendo principalmente os filhos das elites. Com a chegada do período imperial, observou-se um impulso na expansão da educação, refletido na criação de escolas públicas e em políticas voltadas para a formação de mão de obra qualificada. Nesse contexto, tornou-se evidente a necessidade de atender às crianças, permitindo que as mulheres trabalhassem fora de casa (Kishimoto, 1988; Spada, 2005; Paschoal; Machado, 2009).

O movimento pela educação infantil ganhou força com a criação de creches e jardins de infância em várias cidades do país. As últimas décadas do século XX foram marcadas pela intervenção direta do Estado nas questões relacionadas à infância e pelo reconhecimento das crianças como titulares de direitos. Essa mudança de paradigma refletiu um progresso considerável na maneira como a sociedade via a assistência infantil, promovendo uma visão de Bem-Estar Social, onde o Estado se comprometeu a assegurar o cuidado e a proteção das crianças em situações de vulnerabilidade (Freire; Leony, 2011).

Nas décadas seguintes, foram feitos avanços significativos na expansão e melhoria da qualidade da educação infantil, com a implementação de políticas públicas visando à universalização do acesso e à valorização dos profissionais da educação (Campos; Pereira, 2015; Freire; Leony, 2011; Kuhlmann, 2011). A promulgação da Constituição de 1988 foi um marco nesse processo, reconhecendo a educação como um direito de todos e um dever do Estado. Desde então, o Brasil tem avançado na ampliação da oferta de creches e pré-escolas, além de implementar políticas voltadas para a melhoria da qualidade do ensino e o desenvolvimento integral das crianças.

O termo "educação infantil" no Brasil pode ser entendido de forma ampla, abrangendo todas as formas de educação que a criança recebe no âmbito familiar, comunitário, social e cultural. Existe, porém, um significado mais específico e restrito, consagrado na Constituição Federal de 1988, que se refere às instituições educacionais destinadas a crianças de 0 a 6 anos (Kuhlmann, 2011, p. 469). Essa Constituição marcou o início de um processo de formulação de políticas públicas voltadas para as crianças. Com isso, foram realizados avanços legislativos, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, que ressaltou a inclusão de crianças e adolescentes nos direitos humanos, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, que integrou a educação infantil aos níveis escolares como a primeira etapa da educação básica nacional. Embora essa integração não tenha caráter obrigatório, reforçou o entendimento de que a educação é um direito da criança.

Após a criação da LDB, diversos documentos foram elaborados para regulamentar as diretrizes de funcionamento das instituições de educação infantil, como o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCN) (Brasil, 1996; 1998). Em 1998, o "Subsídios para Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil" foi lançado, abordando aspectos fundamentais como funcionamento, regulamentação de professores, direitos das crianças, proposta pedagógica e

infraestrutura, visando a melhoria do atendimento infantil. O Plano Nacional de Educação (2001-2010) estabeleceu metas educacionais, enquanto a "Política Nacional de Educação Infantil", em 2006, definiu diretrizes, objetivos e estratégias para a educação de crianças de 0 a 6 anos.

Sob a gestão do ministro Fernando Haddad, foram publicados os "Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil" e os "Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil". Em 2009, foram introduzidos os "Indicadores da Qualidade na Educação Infantil", visando avaliar as instituições educacionais. O parecer 20/2009 do Conselho Nacional de Educação reforçou o direito à educação pública de qualidade para crianças de 0 a 5 anos, e a Emenda Constitucional nº 59 de 2009 tornou obrigatória a educação para crianças de 4 e 5 anos. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, de 2010, reconheceram essa etapa como a primeira da educação básica, garantindo o direito à educação pública, gratuita e de qualidade.

Em 2014, o Plano Nacional de Educação (PNE) - Lei nº 13.005/2014 - definiu metas e estratégias para a década seguinte. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017, estabeleceu aprendizagens essenciais para a educação infantil, promovendo a equidade educacional (Brasil, 2019). Apesar das mudanças políticas e dos desafios, a BNCC propõe uma educação infantil de qualidade e democrática, com um currículo flexível, adequado a diversas práticas pedagógicas e respaldado por normativas legais da educação básica.

A BNCC propõe trabalhar com crianças através de cinco campos de experiências, destacando que as experiências das crianças são interligadas e não fragmentadas (Barbosa et al., 2016, p. 23). Inspirada por práticas de outros países, como a Itália, a ideia de campos de experiências organiza o currículo da educação infantil sem se vincular às áreas específicas de conhecimento. Esses campos de experiências são: "eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; espaço, tempo, quantidades, relações e transformações". Eles visam centrar-se nas experiências cotidianas das crianças, orientando o planejamento e a execução das atividades educativas com base em seis direitos de aprendizagem: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.

O amadurecimento da etapa da educação básica reflete tentativas de desenvolver uma identidade própria para a educação infantil, sem reduzi-la a uma mera preparação para o ensino fundamental. Reconhecendo a criança como um sujeito integral, o foco é

estruturar as práticas educativas a partir das necessidades e experiências das crianças, promovendo um desenvolvimento contínuo e dinâmico, com espaço para avanços e retrocessos. Ao observar os movimentos que ampliaram a discussão não apenas sobre a criança, mas também sobre seus direitos no âmbito social, educacional e político, é possível perceber que o movimento pela educação infantil impulsionou a criação de creches e pré-escolas, bem como a universalização do acesso a esses espaços de construção social e educacional.

Assim, no Brasil, essas instituições desempenham um papel crucial na promoção da igualdade de oportunidades e no desenvolvimento humano. Compreender a história das creches e pré-escolas no Brasil permite refletir sobre outras camadas que ampliam as possibilidades de identificar caminhos para avançar em direção a uma educação infantil mais inclusiva, democrática e transformadora, visto que esse espaço é fundamental para a formação integral das crianças.

O papel contemporâneo das creches e pré-escolas

Os avanços políticos relacionados às creches e pré-escolas no Brasil revelam como essas instituições desempenham um papel crucial no desenvolvimento e formação das crianças durante a infância. Esses espaços influenciam significativamente a socialização, o desenvolvimento emocional e o estabelecimento de valores e habilidades essenciais para a vida em sociedade.

A trajetória da atenção às crianças pequenas percorreu um caminho que se estende da invisibilidade ao assistencialismo, evoluindo gradualmente para a garantia legal de atendimento em instituições de educação infantil. Ao revisitar esse percurso histórico, deparamo-nos com questões que abrangem a exclusão social que marcou os estágios iniciais do processo educacional, levando-nos a ponderar sobre como concebemos, reconhecemos e valorizamos os serviços públicos. Ao longo da história, observou-se uma negligência estatal e uma sobrevalorização dos serviços privados, uma tendência que persiste até os dias atuais.

A educação infantil desempenha um papel essencial como base para o desenvolvimento integral das crianças, buscando respeitar a individualidade de cada uma. Para alcançar esse propósito, é imperativo considerar, no ambiente escolar, suas características físicas, psicológicas, culturais, étnicas e sociais. Ao fazê-lo, contribuímos para reduzir disparidades, associando esse esforço à nossa visão das crianças na

sociedade. Ir além do assistencialismo implica reconhecer a infância como sujeito de direitos, capaz de se comunicar mesmo sem dominar a linguagem verbal. É fundamental valorizar as instituições de educação infantil por seu papel no desenvolvimento e aprendizado das crianças (Kramer, 2007).

No entanto, a Educação Infantil também enfrenta limitações e desafios. Ela não deve ser vista como uma garantia de sucesso futuro, nem como uma abordagem compensatória, equivocada e discriminatória. Mesmo no século XXI, ainda enfrentamos desafios relacionados ao tratamento das crianças, especialmente na persistente valorização assistencialista da creche, onde apenas as mães que trabalham são priorizadas (Bógus, 2007). Além disso, diante das persistentes diferenças sociais, raciais e econômicas, bem como da violência e negligência contra crianças, a escola muitas vezes se torna um refúgio seguro, oferecendo afeto, orientação, alimentação e cuidado. Essa situação não deve ser interpretada unicamente como assistencialismo, pois, como mencionado anteriormente, houve consideráveis avanços no atendimento às crianças pequenas (Barbosa; Soares, 2021; Kohan, 2005; 2020).

Reconhecemos que "a assistência não é caracterizada por sua natureza 'não educativa' ou pelo cuidado com as crianças. A característica principal é a abordagem ideológica: como favor, e não como direito" (Ostetto, 2015, p. 38). Assim, ainda há necessidade de desvincular o caráter assistencialista que persiste nas lacunas da legislação. Embora tenham ocorrido avanços na valorização dos profissionais da educação, a formação adequada do educador nem sempre é exigida para o trabalho com crianças, especialmente em escolas que atendem em período integral (manhã e tarde). Essa situação reflete uma abordagem fragmentada da criança e da educação (Kramer, 1999).

Esse impasse cria uma separação entre o cuidar e o educar, apesar de serem indissociáveis. A falta de formação adequada e capacitação contínua dos profissionais resulta em fragilidades no sistema educacional, onde educadores muitas vezes não são reconhecidos como professores, mesmo desempenhando funções semelhantes. Tal situação reforça um ciclo que perpetua uma educação orientada para as demandas do mercado, buscando mão de obra barata para atender às necessidades das famílias (Kramer, 1999).

Embora seja desafiador romper com tradições históricas enraizadas, é crucial superar essa realidade. Isso envolve olhar para as bases, entender as mudanças e examinar o papel da creche e da pré-escola. Devemos explorar as nuances do passado e

considerar a postura da creche, da escola, dos educadores e das crianças. Uma análise abrangente é essencial para encontrar alternativas que reconheçam a importância da creche e da escola para todas as crianças, à medida que a concepção de infância continua a evoluir e se adaptar aos novos desafios.

A escola proporciona às crianças oportunidades de adquirir conhecimentos e habilidades vitais para seu desenvolvimento cognitivo. É nesse espaço seguro e democrático que as crianças interagem com colegas de diferentes origens e culturas, aprendendo a viver no mundo e a se compreender nele. As experiências sociais são essenciais para o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais, como empatia, cooperação e autocontrole, promovendo o desenvolvimento holístico das crianças, estimulando sua criatividade, autoconfiança e senso de identidade.

Ademais, é essencial fomentar o engajamento dos pais e responsáveis no processo educativo, pois o apoio familiar desempenha um papel crucial no desenvolvimento integral da criança, integrando os esforços da creche e da pré-escola. Diante disso, espaços como creche e pré-escola devem oferecer um ambiente seguro e acolhedor, com o suporte necessário dos educadores, onde as crianças possam expressar seus sentimentos, enfrentar desafios e aprender a lidar com suas emoções.

Perspectivas para creches e pré-escolas no Brasil

Ao olharmos para o futuro da educação infantil no Brasil, é fundamental considerar o contexto histórico e reconhecer a importância da expansão do acesso à educação de qualidade para todas as crianças, especialmente aquelas que residem em áreas rurais ou em comunidades marginalizadas. Isso implica não apenas na construção de mais escolas e creches, mas também no desenvolvimento de estratégias eficazes para garantir que essas instituições ofereçam um ambiente acolhedor, seguro e estimulante para o pleno desenvolvimento das crianças, valorizando, ao mesmo tempo, o educador.

Além disso, é crucial atentar para as tendências emergentes na área da primeira infância, como a crescente utilização de tecnologia na educação, a promoção da igualdade de gênero desde os primeiros anos e o reconhecimento da diversidade cultural nas práticas pedagógicas. A incorporação dessas tendências pode enriquecer significativamente a experiência educacional das crianças, preparando-as de forma mais abrangente para enfrentar os desafios de um mundo em constante transformação.

É importante notar que ainda vivemos em uma sociedade adultocêntrica, onde o adultocentrismo se torna um dos preconceitos mais arraigados. Essa perspectiva atribui capacidades e responsabilidades às crianças apenas para que se tornem adultos no futuro, desconsiderando os aspectos singulares da infância e encarando esse período da vida como uma mera passagem, um "vir a ser". Essa visão reduz a infância a um estágio de preparação, negligenciando as experiências e aprendizados que ela proporciona (Faria e Santiago, 2016, p. 1).

Esse preconceito dificulta o avanço em diálogos que incluam as crianças nas discussões sobre a ampliação de políticas públicas voltadas para a melhoria do atendimento nas instituições, como creches e pré-escolas. Portanto, é necessário promover discussões interdisciplinares que resgatem conceitos e questões relacionadas à infância na sociedade brasileira. Nesse sentido, a institucionalização dos espaços educativos tem contribuído para a formação desses conceitos sobre a infância e para a forma como olhamos para a criança no contexto educacional (Corsaro, 2011).

Ampliar o acesso e melhorar o atendimento às crianças, assim como trazer à tona discussões sobre a temática da infância no contexto educacional, requer um investimento contínuo na formação e valorização dos profissionais da educação. Educadores bem preparados e motivados desempenham um papel central no sucesso educacional das crianças e na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Considerações finais:

O percurso histórico das creches e pré-escolas no Brasil é multifacetado, refletindo transformações sociais, políticas e culturais ao longo dos séculos. O movimento pela educação infantil ganhou força ao longo do século XX, com a criação de creches e pré-escolas em todo o país, culminando em um reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos. Avanços legislativos e políticas públicas foram implementados para garantir o acesso universal e a qualidade da educação infantil. Ao compreender a trajetória da educação infantil, podemos vislumbrar caminhos para uma educação mais inclusiva, democrática e transformadora, que promova o pleno desenvolvimento das crianças e a igualdade de oportunidades.

Este estudo teve como objetivo analisar a evolução do papel social das creches e pré-escolas no Brasil, e foi possível perceber que esse objetivo foi atingido. A análise das transformações históricas, políticas e sociais revelou o impacto significativo que essas instituições têm na formação integral das crianças e na promoção da igualdade de

oportunidades. Os principais pontos levantados indicam que as creches e pré-escolas desempenham um papel fundamental no desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças, reforçando a importância de garantir acesso à educação infantil de qualidade, especialmente para as populações mais vulneráveis.

Nossa investigação nos levou a compreender que, embora tenham ocorrido avanços significativos, ainda enfrentamos desafios persistentes, como o reconhecimento pleno da criança como sujeito de direitos. A necessidade de olharmos para a diversidade das infâncias e a garantia do oferecimento de atendimento às crianças por meio de creches e pré-escolas são fundamentais. É imperativo melhorar os espaços físicos e proporcionar formação continuada aos educadores, assegurando que o cuidar e educar sejam garantidos e oferecidos de forma efetiva.

As contribuições teóricas deste estudo incluem uma reflexão crítica sobre a trajetória histórica da educação infantil, destacando a importância de superar a visão assistencialista e de promover uma educação que reconheça as crianças como sujeitos ativos em seu processo de aprendizagem. No entanto, algumas limitações foram identificadas, como a falta de dados empíricos que poderiam aprofundar a análise das realidades das creches e pré-escolas em diferentes contextos regionais.

Diante disso, é fundamental que continuemos a promover diálogos e ações colaborativas entre o Estado, a sociedade civil e os profissionais da educação. Essa colaboração visa uma compreensão compartilhada sobre a importância da educação infantil e o reconhecimento pleno das crianças como sujeitos de direitos e protagonistas de suas próprias histórias. Além disso, as perspectivas para o futuro da educação infantil são promissoras, especialmente se investirmos na formação e valorização dos educadores, na expansão do acesso à educação de qualidade e na incorporação de tendências emergentes, como a utilização da tecnologia e a promoção da diversidade cultural. Ao olharmos para o futuro da educação infantil no Brasil, é crucial garantir que esses espaços ofereçam um ambiente acolhedor, seguro e estimulante, permitindo que todas as crianças se desenvolvam plenamente e alcancem seu potencial.

Referências:

ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana de. A sociologia da infância no Brasil: uma área em construção. **Educação UFSM**, v. 35, n. 01, p. 39-52, 2010.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira; CRUZ, Silvia Helena Vieira; FOCHI, Paulo Sergio; OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. O que é básico na Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil?. **Debates em educação**, v. 8, n. 16, p. 11-11, 2016.

BARBOSA, Ivone Garcia; SOARES, Marcos Antônio. Educação infantil e pobreza infantil em tempos de pandemia no Brasil: existirá um “novo normal”?. **Zero-a-Seis**, v. 23, n. Especial, p. 35-57, 2021.

BÓGUS, Cláudia Maria; NOGUEIRA-MARTINS, Maria Cezina Fantini; MORAES, Denise Ely Belloto de; TADDEI, José Augusto de Aguiar Carrazedo. Cuidados oferecidos pelas creches: percepções de mães e educadoras. **Rev. Nutr.**, Out 2007, vol.20, no.5, p.499-514.

BRASIL. **Constituição do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm .Acesso em: 30 Jun 2024.

BRASIL. LDB. **Lei 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em [http:// www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br) . Acesso em: 30 Jun 2024.

BRASIL. **Lei Federal n. 8069**, de 13 de julho de 1990. ECA _ Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em 30 Jun 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 15 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. - Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf. Acesso em: 15 dez. 2021.

CAMPOS, Rafaely Karolynne do Nascimento; PEREIRA, Ana Lúcia da Silva. **Primeiras iniciativas de educação da infância brasileira: uma abordagem histórica (1870-1940)**. 2015.

CORSARO, William. A Estrutura da Infância e as Representações Interpretativas das Crianças. In: CORSARO, William. **Sociologia da Infância**. SP: ARTMED, 2011.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de; SANTIAGO, Flávio. «Adultocentrismo e conflito social no cotidiano das crianças. Descolonizando a educação». A: **III International Conference Strikes and Social Conflicts: combined historical approaches to conflict**. Proceedings. 2016, p. 850-863. 14 pág. Bellaterra: CEFID-UAB. <<https://ddd.uab.cat/record/158331>> [Consulta: 15 de jul 2024].

FREIRE, Maria Martha de Luna; LEONY, Vinícius da Silva. A caridade científica: Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1899-1930). **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 18, p. 199-225, 2011.

KRAMER, Sonia. O papel social da educação infantil. **Revista textos do Brasil**. Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 1999.

KRAMER, Sonia. **A infância e sua singularidade**. In: Brasil/MEC. Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. 2ª Ed. Brasília (DF): FNDE, Estação Gráfica, 2007, p. 13-24.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Pré-escola em São Paulo (1877 a 1940)**. 1988.

KUHLMANN JR, Moysés. Educando a Infância Brasileira. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA Filho, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte, Autêntica, 2011. p. 469-496.

KOHAN, Walter Omar. **Infância: entre educação e filosofia**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

KOHAN, Walter Omar. Tempos da escola em tempo de pandemia e necropolítica. **Práxis Educativa (Brasil)**, v. 15, p. e2016212, 2020.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. A prática do registro na Educação Infantil: narrativa, memória, autoria. **Revista Ambiente Educação**. Universidade Cidade de São Paulo. Vol. 9, nº 2, p. 202/213, jul/dez. 2015.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado e MACHADO, Maria Cristina Gomes. “A História da Educação Infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional”. **HISTEDBR On-line**, Campinas, n.33, p.78-95, Março de 2009.

SPADA, Ana Corina Machado. Processo de criação das primeiras creches brasileiras e seu impacto sobre a educação infantil de zero a três anos. **Revista científica eletrônica de pedagogia**, v. 5, p. 1-7, 2005.